

A ATUAÇÃO DA DOPS/PR NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA REPRESSÃO AOS ALEMÃES NO PARANÁ DURANTE O ESTADO NOVO: PAIXÕES, SENTIMENTOS E POLÍTICA

Márcio José Pereira¹

Resumo: Objetivamos nesse artigo, analisar como o advento de um estado de exceção e o afloramento de um nacionalismo exacerbado no Brasil alteraram as condições de coexistência entre cidadãos paranaenses e indivíduos de origem germânica, desejamos ainda discutir como a institucionalização da repressão a partir da extinta Delegacia de Ordem e Política Social auxiliou no desdobramento de agressões entre essas partes, dando abertura a exacerbação de sentimentos reativos como ódio, inveja e ressentimento. A partir da documentação da extinta DOPS/PR e embasados nas premissas teóricas de Norbert Elias/John Scotson e Peter Gay, procuraremos aventar algumas possibilidades de entendimento das ações repressivas realizadas pela população contra esses elementos iniciadas na implantação do Estado Novo e potencializadas pela adesão do Brasil contra o Eixo na Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chaves: Alemães; DOPS/PR, repressão, paixões políticas, Paraná.

THE PERFORMANCE OF DOPS / PR IN THE INSTITUTIONALIZATION OF REPRESSION OF THE GERMANS IN PARANÁ DURING THE ESTADO NOVO: PASSIONS, FEELINGS AND POLITICS

Abstract: We aimed in this article, analyze how the advent of a state of emergency and the outcrop of an exacerbated nationalism in Brazil altered the conditions of coexistence between Paraná citizens and individuals of German origin, we wish to discuss how the institutionalization of repression from the former Bureau of Political and Social Order assisted in the deployment of assaults between these parties, giving opening exacerbation of reactive feelings like hatred, envy and resentment. From the documentation of extinct DOPS / PR and grounded in the theoretical assumptions of Norbert Elias / John Scotson and Peter Gay, seek to suggest some possibilities for understanding the repressive actions taken by the population against these elements initiated the implementation of the New State and potentiated by the accession of Brazil against the Axis in World War II.

Keywords: Germans; DOPS/PR; repression; political passions; Paraná.

¹ Professor do Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná, Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná na linha Intersubjetividade e Pluralidade: Sentimentos e reflexão na História. Bolsista CAPES/CNPQ. E-mail: marciomjp25@gmail.com.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

A tradição historiográfica condicionou os historiadores a uma escrita da História permeada de racionalidade e incutiu a necessidade da cientificidade, da análise fundamentada em fontes e da imparcialidade. É certo que o crível tem lugar na História, mas como explicar momentos históricos eivados de subjetividades? “Como compreender e explicar a intensidade de uma emoção coletiva e suas consequências, a persistência de um apego, a violência de um amor ou de ódios políticos?”²

Nos ateremos ao importante questionamento lançado por Maria Stella Bresciani e Pierre Ansart, para pensar a década de 1940 no Paraná, período de extrema relevância política e que foi marcado pela ideia de um nacionalismo em construção pelo governo Vargas. Frente a recusa de muitos intelectuais de enfrentar as particularidades das experiências cotidianas é que nos colocamos desejosos de utilizar das discussões sobre a afetividade, sobre as paixões e ódios no campo político e como esses sentimentos se desdobram na ação coletiva e na experiência do cotidiano.

Objetivamos nesse artigo, analisar como o advento de um estado de exceção e o afloramento de um nacionalismo exacerbado no Brasil alteraram as condições de coexistência entre cidadãos paranaenses e indivíduos de origem germânica, desejamos ainda discutir como a institucionalização da repressão a partir da extinta Delegacia de Ordem e Política Social auxiliou no desdobramento de agressões entre essas partes, dando abertura a exacerbação de sentimentos reativos como ódio, inveja e ressentimento.

Preocupados em não dar vazão a um discurso dicotômico entre razão e paixão, rompendo esse constructo que só é possível fazer história colocando as perspectivas em campos distintos e comparando-as, baseados na proposta de Norbert Elias³, que valoriza as análises de sociedades no tempo, suas rupturas e permanências, considerando tanto a emergência do sujeito como princípio e valor quanto a razão e os sentimentos enquanto

² BRESCIANI, Maria Stella; ANSART, Pierre. Apresentação. In: BRESCIANI, M.; BREPOHL, M. (Org.). *Razão e Paixão na Política*. Brasília: UNB, 2002, p. 7.

³ ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. Norbert Elias: Historiador y crítico de la modernidad. *Revista Diálogos*, DHI/UEM, Maringá, n 2, p. 1-27, 1998.

dimensões da subjetividade que não obedecem a oposições binárias, nem são excludentes entre si, pois deles decorrem atitudes, práticas, linguagens e discursos, cuja efetivação se manifesta em espaços públicos e/ou privados, é que nos prontificamos a analisar as afetividades e paixões que emanam da institucionalização da repressão aos indivíduos de origem germânica no Paraná, examinando documentos da extinta Delegacia de Ordem Política e Social, seção Paraná, sobre indivíduos de origem germânica que durante o período mais latente da repressão, entre 1942 e 1945, foram detidos, fichados e prestaram depoimentos sobre sua conduta.

As fontes utilizadas para a construção do texto são oriundas do Fundo DOPS/PR, de guarda e posse do Arquivo Público do Estado do Paraná, em sua totalidade compõe um conjunto documental amplo que se estende desde os meados da década de 1930 até o período de redemocratização brasileiro, composta de Dossiês Temáticos e Pastas Individuais. Nos debruçaremos sobre a documentação pertinente ao período de 1937 a 1945, do momento da efetivação do Estado Novo varguista, ao período mais agudo, quando o Brasil passou do rompimento diplomático para a efetiva declaração de guerra ao Eixo. As pastas serão citadas de acordo com a sua utilização e aparecimento no desenvolvimento do texto, providenciando exemplos fulcrais da interação das subjetividades na construção do elemento político.

Abordaremos as discussões a partir de um viés interdisciplinar, onde a História está onipresente em todos os estudos, mas abre campo profícuo para a Psicologia Social, Sociologia Clínica, Filosofia e Psicanálise. Como arcabouço teórico nos valeremos de estudos recentes sobre os sentimentos na História, escritos de Norbert Elias, Peter Gay, Pierre Ansart, Giorgio Agambem, Marion Brepohl, Maria Stella Bresciani, entre outros que nos permitem caminhar sob a fronteira tênue entre a razão e a paixão na política. Os conceitos que darão respaldo ao debate proposto são os de 'sociodinâmica da estigmatização' e 'estabelecidos e outsiders' dos

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

sociólogos Norbert Elias e John Scotson; e de ‘outro conveniente’ do historiador Peter Gay.⁴

O artigo até então apresentado a partir de suas fontes e debates teóricos, metodologicamente se desdobrará sobre o seguinte escopo: a) contextualizar brevemente a presença de indivíduos de origem germânica no Paraná durante a Segunda Guerra Mundial, apresentando-os como elementos ora estabelecidos, ora outsiders; b) Aclarar as condições para esse estranhamento ao indivíduo de origem germânica a partir do Estado Novo; c) Debater a partir dos autores propostos como essas relações sociais e políticas se desdobram dentro de um campo de afetividades, apresentando favoráveis e contrários a esses mesmos sujeitos de ascendência alemã; d) Apresentar possibilidades analíticas dos documentos do DOPS/PR a partir de enfoques vinculados aos sentimentos na História, relatando alguns casos específicos de alemães e brasileiros detidos durante a Segunda Guerra Mundial.

O ‘outro conveniente’ alemão: A estigmatização depreciativa fomentada pelo Estado Novo no Paraná

*‘Um significa o outro e é significado por ele’
Emmanuel Levinas*

A existência de choques de origens raciais, étnicas ou culturais, cisões geradas pelo florescimento de nacionalismos ou pelo advento de situações adversas no meio comum de convivência são situações intrigantes para a História e refletir sobre essas agressões – físicas ou simbólicas – constitui análise intrigante ao historiador. Em especial os conflitos relacionados ao tensionamento, a evocação e a construção de nacionalismos, tem ocupado

⁴ *O Cultivo do Ódio* é o terceiro volume da renomada coletânea de cinco volumes escritas por Peter Gay intitulada *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. Ambos os conceitos que iremos utilizar para a análise da população paranaense em meados da década de 1930/1940 foram concebidos pelo autor pensando as relações burguesas e os ódios existentes entre essas civilizações burguesas durante o início da Primeira Guerra Mundial. Nossa apropriação se deu em virtude de julgarmos pertinentes ambos os conceitos para pensarmos nosso caso.

A atuação do DOPS/PR na institucionalização da repressão aos alemães no Paraná durante o Estado Novo: paixões, sentimentos e política

| Márcio José Pereira

um lugar de destaque não só no caso do Brasil, mas num sentido de análise histórica mundial, como afirma Marionilde Brepohl:

Em diversos países, um sem número de povos, auto representados como minorias, desenha, em nome de sua cultura, religião ou etnia, projetos que propugnam pela sua emancipação política e pela criação de novas nações – finalmente, as “suas nações”. Revitalizando sentimentos de pertença há muito sufocados por seus opressores, imaginam poder construir um novo pacto social, livre da força política daqueles que, segundo sua compreensão, anexaram um dia seus territórios.⁵

Em meados de 1930 a população paranaense parecia bem resolvida com a larga presença de imigrantes germânicos nos meios urbanos e rurais do Estado, bem como, essas populações de estrangeiros em sua maioria já pertenciam a faixas geracionais de segunda ou terceira geração, nascidos em território nacional e vinculados a pais e avós estrangeiros pelo laço sanguíneo ou pelo sentimento de pertença. É importante ressaltar que boa parte daqueles que vieram depois das primeiras gerações também passaram por um processo de naturalização, não só no que tange ao processo de aculturação construído através de contatos culturais, mas sim pelo processo legal de se tornar brasileiro. Logo, é preciso esclarecer que chamá-los de alemães nesse período implica em uma grande generalização.

Também é preciso deixar claro que esses indivíduos, genericamente considerados alemães faziam parte do que normalmente se tratava como “sociedade paranaense”, a fim de evidenciar os conflitos internos nessa sociedade, daremos mais clareza ou definição a esses grupos conflitantes naquele momento. Logo, pode-se imaginar que estamos dividindo radicalmente a sociedade paranaense em grupos especificamente distintos, quando na verdade essa não é nossa intenção.

Ao assumirmos que esses indivíduos de origem germânica faziam parte da sociedade paranaense surge uma questão pertinente: como

⁵ BREPOHL, Marionilde D. *Pangermanismo e Nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998, p. 13.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

estabelecer parâmetros para sujeitos que conviviam de modo aparentemente harmônico até então e eleger “estabelecidos” e “outsiders” dentro dessa coletividade? Nesse contexto nos parece ser uma tarefa inalcançável, porém, os indivíduos de origem germânica deixam de ser parecidos com os autóctones, passam a carregar um estigma no nome, a ser vistos como “causa de si mesmos”. Destacamos um duplo fator que agrava essa condição, primeiro, que o Estado Novo não reconhece a alteridade, porque ele, pelo menos no plano oficial, pede submissão, amor e credibilidade; e por outro lado, parte do grupo social germânico não necessita mais projetar-se no estado varguista. O que temos em ambos os grupos - com todas as ressalvas necessárias - é o que Elias emprega como “sociodinâmica da estigmatização” defendendo que determinados grupos “[...] mantêm entre si a crença em que são não apenas mais poderosos, mas também seres humanos melhores do que os de outro [...]”⁶

Essa sociodinâmica abriga ambos os grupos em uma mesma condição, que carregam em si a certeza de serem “causa de si mesmos” e defendem sua condição de “estabelecidos”.

[...] o grupo estabelecido atribuía aos seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo de contato social não profissional com seus próprios; e o tabu em torno desses contatos era mantido através de meios de controle social como a fofoca elogiosa no caso dos que o observavam, e a ameaça de fofocas depreciativas contra os suspeitos de transgressão.⁷

Os grupos de origem germânica ocupavam no Paraná posições de destaque em diversos segmentos. Eram os detentores de grande parte do quadro industrial instalado, possuíam ampla participação no comércio e ocupavam cargos destacados como profissionais liberais. Tanto a capacidade técnica quanto a imagem do “alemão laborioso e perfeccionista” permitiu aos teutos escolherem melhores posições no

⁶ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L.; *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 20.

⁷ Idem.

A atuação do DOPS/PR na institucionalização da repressão aos alemães no Paraná durante o Estado Novo: paixões, sentimentos e política

| Márcio José Pereira

mercado de trabalho. Na década de 1930, conseguiram inclusive um deslocamento para a política elegendo Erasto Gaertner como deputado estadual, o qual na década de 1950 tornar-se-ia prefeito da capital.

Sabemos que esses grupos se mantinham estruturados através da religião luterana, de suas agremiações recreativas, de seus grupos sociais e, para aqueles que simpatizavam ou aderiram à participação na célula estadual do Partido Nazista, sediada na capital e que se fazia atuante e organizada.

Concordamos com a historiadora Marionilde Brepohl, quando alega que nesse momento do pós Primeira Guerra Mundial ocorreu uma difusão do perigo alemão, que colocou toda a comunidade de origem alemã sob uma ótica diferente daquela do “povo laborioso e morigerado”, essa nova perspectiva iria se efetivar como anti-germanismo político a partir do Estado Novo. Como enfatiza a autora:

Mas se, até os anos 30, as discriminações de que foram alvos os teuto-brasileiros provieram da sociedade civil, durante o Estado Novo, e em nome da brasilidade, é a iniciativa oficial quem se responsabiliza pela discriminação social e política de tais segmentos. Nesse período, proibem-se o uso do idioma alemão, a existência de entidades recreativas de origem teuta e os usos de seus emblemas e símbolos.⁸

Com o advento de um estado de exceção, e aqui, tomamos emprestados as assertivas de Giorgio Agambem para discutir esse período, em nosso caso particular, algumas das questões levantadas pelo filósofo italiano são bastante operacionais. Para o autor: “A suspensão da norma não significa sua abolição e a zona de anomia por ela instaurada não é (ou, pelo menos, não pretende ser) destituída de relação com a ordem jurídica.”⁹ Portanto, o Estado Novo se insere nessa ideia levantada por ele, principalmente no que ele define por ditadura constitucional, uma vez que a

⁸ BREPOHL, Marionilde D. A criminalização da raça: A xenofobia institucionalizada. In: *Anais do V Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, 2004, p. 11.

⁹ AGAMBEM, Giorgio. *Estado de Exceção*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2004. Coleção Estado de Sítio, p. 39.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

Carta Constituinte de 1934 é colocada em uma espécie de anomia e o Estado Novo passa a legislar principalmente através de decretos-lei.

Agambem procura apresentar uma definição:

O estado de exceção é, nesse sentido, a abertura de um espaço em que aplicação e norma mostram sua separação e em que uma pura força de lei realiza (isto é, aplica desapplicando) uma norma cuja aplicação foi suspensa. Desse modo, a união impossível entre norma e realizada, e a conseqüente constituição do âmbito da norma, é operada sob a forma de exceção, isto é, pelo pressuposto da sua relação. Isso significa que, para aplicar uma norma, é necessário, em última análise, suspender sua aplicação, produzir uma exceção. Em todos os casos, o estado de exceção marca um patamar onde lógica e práxis se indeterminam e onde uma pura violência sem logos pretende realizar um enunciado sem nenhuma referência real.¹⁰

É a partir desse intrincado cenário que iremos perceber a população se cindindo gradativamente, sobretudo em função da defesa da nação brasileira. É nesse sentido que entendemos o que Peter Gay chamou de criação de 'álibis para a agressão'. O ato de externar sentimentos negativos pode ou não gerar situações de conflito, mas para o autor - independente de sua forma de expressão - a agressão por meio de palavras, gestos, artimanhas, fofocas, lesões, ataques, luta, morte ou genocídio são intrínsecas ao homem, são necessárias e tidas como meios de autodefesa.

Toda cultura, toda classe, todo século constrói seus próprios álibis para a agressão. E cada um desses estratagemas defensivos tem sua história. A maioria é simples réplica de racionalizações consagradas pelo tempo, ou sutis variações das mesmas, apenas uma pequena parte consegue ser verdadeiramente inovadora.¹¹

Esses álibis podem se tornar facilmente generalizações dentro de determinados contextos, fato que observamos no caso dos indivíduos de origem germânica no Paraná. O projeto de nacionalização apoiado pela polícia política e pela imprensa vinculada aos desejos do Estado permitiu o surgimento de uma rede intrigas envolvendo esses sujeitos. As ações sem

¹⁰ Idem, p. 63.

¹¹ GAY, Peter. *O Cultivo do Ódio*. 1ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Col. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. Volume 03, p. 43.

uma lógica definida, atendem a ideia que: “A estigmatização, como aspecto da relação entre estabelecidos e outsiders, associa-se muitas vezes, a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido. Ela reflete e, ao mesmo tempo, justifica a aversão.”¹²

Para Enriquez, essa estigmatização é um reflexo da nossa própria estranheza, da necessidade de ter que compreender o outro e necessariamente ser compreendido, da absoluta incerteza da aceitação do outro.

Todo encontro com o outro é semeado de obstáculos. [...] O outro é sempre suspeito, geralmente com razão, de querer nos invadir, introduzir-se em nosso interior, usufruir-nos, tornar-nos culpados, provocar-nos vergonha, a dúvida, em uma palavra, de ocupar o lugar do diabólico.¹³

Observamos que a DOPS/PR colaborou de modo substancial para que a população participasse ativamente desse alinhamento pela nacionalidade, principalmente na idealização desse outro subversivo. Não é interessante para o Estado fomentar a sustentação de grupos distintos, a Nação exige comprometimentos uniformes:

O Estado-Nação não ama a alteridade. Seu ideal, felizmente nunca atingido na totalidade, é que todos os homens sejam semelhantes, fundidos numa massa graças a identificação mútua, e vejam, no Estado, o novo sagrado transcendente, ao qual cada um, como pensava Hobbes, deve alienar sua liberdade natural para poder viver.¹⁴

Homogeneizar, senão a população toda, ao menos as ações contra os ‘inimigos do verdadeiro Brasil brasileiro, a ação da população era principalmente vinculada ao que tratamos como lógica da desconfiança¹⁵, isso é, auxiliava a polícia através de denúncias – muitas delas anônimas –

¹² ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L.; *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 35.

¹³ ENRIQUEZ, Eugène. O judeu como figura paradigmática do estrangeiro. In: KOLTAL, Caterina (org.). *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta/FAPESP, 1998, p. 37.

¹⁴ Idem, p. 47.

¹⁵ DOPS. *A Lógica da Desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça/Arquivo Público do Estado, 1996.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

que localizavam esses “infratores”. A medida dessas agressões pode ser evidenciada de maneira diferente em cada grupo:

O que o alvo da agressão pode sentir como golpe injustificável, o agressor pode defender, com sinceridade, como sendo essencial para a sobrevivência. Um ato de agressão é uma transação, e a maneira como é julgado depende, obviamente da perspectiva dos participantes.¹⁶

Logo, não se trata de justificar a perseguição ou ratificar a suspeição exagerada que recaiu sobre o indivíduo de origem germânica, mas sim de apresentar um conjunto de regras que legitimavam essas ações. Muitos realmente não tinham uma ideia formada sobre o que estava acontecendo e se balizavam justamente pela imprensa e pela xenofobia institucionalizada, na medida em que não possuíam uma dimensão exata dos desdobramentos de suas denúncias.

É importante destacarmos que em um espaço curto de tempo iremos nos defrontar com uma mudança radical na situação política do país, que influenciará ainda mais as medidas repressivas contra os elementos considerados entraves ao nacionalismo. Com o advento do Estado Novo, em 1937, temos a eclosão de um efetivo plano de nacionalização do ensino, proibição do uso de outros idiomas que não o vernáculo nas escolas, instituições e no ambiente público e a erradicação de todas as filiações partidárias – o que incluía o Partido Nazista.

Com a eclosão do conflito mundial a situação sofreu um desequilíbrio diante da neutralidade brasileira frente à disputa de poder entre os Aliados e o Eixo. Quando, em 1942, a situação se tornou inteiramente desfavorável aos alemães, estes passaram da condição de estrangeiros a agentes subversivos pró – Eixo, a partir da adesão do Brasil na Segunda Grande Guerra ao lado dos Aliados.

Os obstáculos imaginários da nação devem ser combatidos e recebem toda a carga de ódio advinda dos ressentimentos, carga oriunda de emoções que perpassam a inveja, o ciúme, o rancor e a vingança,

¹⁶ GAY, Peter. *O Cultivo do Ódio*. 1ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Col. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. Volume 03, p. 14.

sentimentos ruminados e que culminam em ações individuais e coletivas de violência, de negação do outro e até mesmo de morte. Articulamos a partir de Ansart¹⁷ os desdobramentos desses sentimentos no cotidiano, uma vez que, o mesmo entende que uma prática social, reunindo de modo ordenado comportamentos individuais voltados para finalidades comuns, supõe uma estrutura complexa de designação, de integração significativa, de valores; um código coletivo e interiorizado, que tem como principal força uma ideologia, seja ela religiosa, mítica ou política.

Nesse conjunto a razão (política) se funde com as paixões (crença no projeto, desejo de mudança e afeto pelo grupo), ainda dialogando com Ansart, concordamos que:

A ideologia política renova o empreendimento mítico e religioso da identificação dos indivíduos. Convocando um grupo particular (partido, classe, nação) para uma ação também particular, estabelece as fronteiras e recria os instrumentos de magnificação do grupo envolvido. Para que seja possível a ação, é necessário que a linguagem participe da manutenção das lealdades individuais em relação a coletividade e, para tal, entretenha o jogo da identificação do ego no grupo.¹⁸

Para Peter Gay essas altercações tendiam a ser mais ferozes quando uma nação entrava em choque com outra, principalmente no afloramento desses sentimentos hostis, porém, o autor chama nossa atenção para o fato de que:

[...] sentimentos agressivos não são idênticos a atos agressivos, os sentimentos muitas vezes são inconscientes, bem abaixo da fronteira da percepção, ao mesmo tempo causa e consequência de conflitos internos encobertos”¹⁹

A ação da população frente a essas questões parece revestir-se de um sentido de civilidade absoluta. E as denúncias passam a exercer um papel

¹⁷ ANSART, Pierre. Ideologias, Conflito e Poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 6.

¹⁸ Idem, p. 40 – 41.

¹⁹ GAY, Peter. *O Cultivo do Ódio*. 1ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Col. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. Volume 03, p. 13.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

de dominação dentro da sociedade. A intriga – popular mexerico ou fofoca – torna-se uma válvula de escape para esses sentimentos de agressão. A prática da delação – verdadeira ou inventada – faz parte do conjunto de ações realizadas para manter os grupos de origem imigrante em situação desfavorável. A reflexão de Elias e Scotson se aplica ao nosso caso, se pensarmos que:

O grupo estabelecido sente-se compelido a repelir aquilo que vivencia como uma ameaça a sua superioridade de poder [...] e a sua superioridade humana, a seu carisma coletivo, através de um contra-ataque, de uma rejeição e humilhação contínuas do outro grupo. A circulação de fofocas depreciativas [blame gossip] e a autoimagem maculada dos *outsiders* podem ser consideradas traços constantes desse tipo de figuração. [...] Dentre os aspectos mais reveladores da estratégia dos grupos estabelecidos figura a imputação aos outsiders como motivo de censura, de algumas de suas próprias atitudes usuais, as quais, no caso deles, frequentemente são motivo de louvor.²⁰

Cabe-nos perguntar se nesse momento não tivemos exatamente um uso exagerado dessa rede de intrigas para o benefício próprio ou para o escoamento dessas invejas e rancores por parte da população nacional.

As práticas cotidianas foram alteradas e abriram um vasto campo para que revanchismos e intrigas fossem realizados. Muito aquém dos conflitos étnicos, do perigo alemão, estavam as vinganças pessoais, as quais iam desde o mais simples boato até a grave acusação de ser simpatizante da Alemanha nazista e discutido abertamente contra o Brasil e seus governantes. [...] O clima de guerra instaurada na sociedade curitibana trouxe uma realidade de interações sociais completamente novas, alterando as antigas relações cordiais entre a população luso-brasileira e os imigrantes diversificados que habitavam a capital paranaense. A guerra – próxima ou não – aflorou o sentimento de identidade nacional, tornando claras as alteridades existentes naquela sociedade.²¹

²⁰ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L.; *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 45.

²¹ PEREIRA, Márcio J. *Politizando o cotidiano: Repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial*. 196 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Maringá, 2010, p. 154.

Uma denúncia levava a uma série de desdobramentos que nem sempre saiam de acordo com o desejo do denunciante. Vejamos o caso de Kurt Boiger, industrial denunciado, que foi detido em 5 de março de 1942 “por ser NAZISTA e por suspeita de exercer atividades prejudiciais à segurança pública. Dado busca em sua residência foram apreendidos livros de propaganda nazista.”²² Embora o mesmo, em seu auto de declaração tenha relatado que ainda mantinha afetividade em relação às questões da causa nazista, sua prisão acarretou uma série de problemas aos seus funcionários que tiveram os empregos temporariamente interrompidos e seus salários suspensos. Os funcionários, por sua vez, foram à delegacia pleitear a liberdade de seu patrão, desconsiderando o fato dele ser ou não uma ameaça para a sociedade. No Ofício de Pedido de Soltura de Kurt Boiger os operários relatam:

Diante disto, nós nos vimos prejudicados nos nossos interesses, pois, parados, deixamos de perceber os nossos salários diários, podendo nos considerar desempregados. Além disto, ainda não recebemos os nossos vencimentos referentes ao mês de fevereiro findo, o que vem colocar em situação bastante aflita e critica, pois estamos sem recursos para a manutenção das nossas famílias.²³

No caso de Boiger, sendo ele um industrial e tendo contatos importantes, sua esposa Helena dirigiu-se diretamente ao interventor Manoel Ribas solicitando a soltura do marido, em sua carta ela foi específica:

[...] peço para felicidade de meus filhinhos e a minha própria, pois não tenho auxílio de ninguém, até agora lutei com dificuldade mas me acho mal de saúde, e mas uma vez apelo para Vosso generoso coração a liberdade do meu marido.”²⁴

²² Prontuário de Kurt Boiger – Pastas Individuais – Arquivo Público do Estado do Paraná.

²³ Ofício de Pedido de Soltura de Kurt Boiger – Prontuário de Kurt Boiger – Pastas Individuais – Arquivo Público do Estado do Paraná.

²⁴ Carta de Helena Boiger ao interventor Manoel Ribas – Pasta Individual Kurt Boiger – Arquivo Público do Estado do Paraná.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

O caso acabou com Kurt sendo extraditado e, a partir dos relatórios do DOPS não encontramos nenhuma solução para a reivindicação dos operários ou de sua família, porém esse episódio constitui um exemplo interessante para pensarmos as interações e os sentimentos múltiplos que emanam dessas redes de denúncia.

Os fatores que regulam essas agressões de acordo com Peter Gay são pautados na construção de um “*outro conveniente*”, isto é, a descoberta de que estranhos são acometidos de graves defeitos que permitem que tenhamos pensamentos e atos hostis em relação a eles. De certa forma, Peter Gay aponta que diante de situações contraditórias o ser humano procura criar ferramentas que permitam externar esses ressentimentos. A criação de um “*outro conveniente*” alinha-se à ideia de uma “*instrumentalização política do preconceito contra os alemães. [...] o próprio DOPS passa a se popularizar, entre as pessoas comuns, como um serviço de defesa da nação brasileira*”.²⁵

Para Peter Gay: “*Através dos séculos, os políticos vêm explorando esse traço humano sabendo que o ódio pode ser cultivado com um propósito, eles constroem inimigos para promover a concórdia interna.*”²⁶ Essas formas de ação se baseiam em uma regulação dessa balança de sentimentos, ‘quanto maior o amor por si mesmo, maior o direito de odiar o Outro’.²⁷

Essas ações condicionam ambos os grupos, alterando suas formas de convivência e as relações de poder. A mudança de hábito é perceptível no grupo germânico, seja na forma de aceitação da coerção ou na resistência, vejamos dois exemplos distintos do que acabamos de argumentar. Na primeira situação nos deparamos com o depoimento de Hilda Krueger, dona de casa, nascida no Brasil e casada com um alemão que estava detido na Ilha das Flores. A mesma após vasta averiguação da DOPS foi colocada em

²⁵ BREPOHL, Marionilde D. A criminalização da raça: A xenofobia institucionalizada. In: *Anais do V Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, 2004, p. 12.

²⁶ GAY, Peter. *O Cultivo do Ódio*. 1ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Col. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. Volume 03, p. 76.

²⁷ Idem.

A atuação do DOPS/PR na institucionalização da repressão aos alemães no Paraná durante o Estado Novo: paixões, sentimentos e política

| Márcio José Pereira

liberdade, porém sua estrutura familiar e suas relações sociais foram bruscamente afetadas, conforme Auto de Declaração prestada a DOPS em 15 de julho de 1942:

Ao ser posta em liberdade tive que desfazer meu lar, construído com tanto carinho, pois meu esposo seguiu a Ilha das Flores e tive que voltar com meus filhos novamente a casa de meus pais. Lá comecei a ter uma vida bem retraída; sahia pouco, vivia somente para meus filhos. Quando o Brasil entrou em guerra com a Alemanha e Itália, cortei todas as minhas amizades que tinha com senhoras alemãs. Pois não queria em absoluto dar motivo algum que pudesse me comprometer.²⁸

Esse álibis para agressão não é fruto apenas da “*turba nacionalista*”, o DOPS/PR aplicou largamente a lógica de suspeição desde as classes mais baixas de investigadores e delatores de bairros até os oficiais mais qualificados como o próprio delegado. Um caso que ratifica a ideia de estigmatização que apresentamos acima em relação aos nomes alemães ocorre entre o catedrático em Odontologia da Universidade do Paraná Waldemar Grummt e o delegado da DOPS/PR Valfrido Pilloto em 30 de setembro de 1942.

O estigma do sobrenome torna o interrogatório do mesmo um conjugado de acusações de nazismo e de divulgador da doutrina do NSDAP. Na capa do prontuário do médico e odontologista percebemos que o mesmo nasceu em 1902, que era brasileiro e tinha residência fixa em Curitiba na Rua Riachuelo, nº 319. Logo no verso constam os motivos que levaram a sua prisão, durante quatorze dias:

[...] Votou em Plínio Salgado no plebiscito [...] de longa data, esta Dops, o sabia adepto fervoroso da causa dos países do “eixo”. Ex-Integralista. Espírito germânico, apaixonado por tudo que diga respeito à Alemanha. [...] Respondeu, por escrito, 14 itens organizados por esta Dops. Ficou estereotipada, nas suas respostas, a despeito dos esforços

²⁸ Auto de declaração de Hilda Krueger em 15 de julho de 1942- Pastas Individuais – Arquivo Público do Estado do Paraná.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

que empregou ao contrário, a sua mentalidade germânico e de nazista [...]. [sic]²⁹

Concordamos com Rafael Athaides em sua análise sobre a incorreta ligação que a DOPS fazia entre ex-membros do Integralismo com o Nazismo, quando o mesmo destaca que:

Mesmo quando o Brasil se achava em Estado de Guerra com Alemanha e Itália, após agosto de 1942, as opiniões de um ex-integralista de ascendência germânica não faziam dele, a priori, um “nazista fervoroso” como gostava de designar a DOPS.”³⁰

Não é essa a situação relatada pelo depoente em carta escrita ao delegado durante seu período de prisão. Grummt em um esforço de se fazer entender pelo delegado, mesmo correndo risco de ser ainda mais criminalizado em consequência de sua atitude, relata que o delegado foi incisivo em acusá-lo como nazista e que embora tentasse explicar – convenhamos que a explicação de Grummt foi bastante elaborada e formulada dentro de condições altamente plausíveis – seu não pertencimento aos seguidores de Hitler, o delegado parecia não entender e continuava a julgá-lo pelo seu passado integralista e não pela situação presente em que a AIB já estava “extinta” desde 1938.³¹

Para uma melhor compreensão da defesa de Grummt, selecionamos trechos de sua carta a Valfrido Pilloto. Em alguns trechos o declarante trata das questões que lhe foram impostas pelo interrogador, algumas partes da carta são bastante elucidativas:

[...] Estou aqui ha mais de 14 dias e não vejo solução do meu caso. No curto interrogatório que V. sr. me fez, notei que o meu delator, que Deus o perdoe, me acusava de ser nazista e que eu estava doutrinando minha clientela com ideas nazistas. Ora isto é um absurdo, pois como lhe respondi, sou

²⁹ Prontuário de Waldemar Grummt - Pastas Individuais – Arquivo Público do Estado do Paraná

³⁰ ATHAIDES, Rafael. *As paixões pelo sigma: Uma história das afetividades políticas no fascismo brasileiro*. 297 p. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, 2012, p. 160.

³¹ Decreto Lei nº 383 de 18 de Abril de 1938. Disponível no Diário Oficial de 19/04/1938. Finda a organização e a existência de todo tipo de agremiação com vínculos políticos no Brasil, nacionais ou estrangeiras.

brasileiro e fui integralista e não nazista [...]. Fiz parte do integralismo até a sua dissolução. Entrei para o mesmo com perfeito conhecimento de que era uma doutrina completamente diferente da nazista. O nazismo é um fenômeno alemão baseado no jus sanguinis. So recebe elementos alemães [...]. O integralismo foi um fenômeno brasileiro que recebia adeptos de nacionalidade brasileira, sem distinção de raça, cor ou credo. Ele tinha portanto, a base do jus solis. Dizer que o integralismo era nazismo é uma estupidez, pelo menos uma ignorância [...]. Quando em seguida a minha afirmação de que eu era brasileiro, que sempre cumpriu as suas obrigações, o Sr. me disse que eu usava a nacionalidade de brasileiro para cobrir um alemão, isto me feriu mais ainda [...]. O simples fato de eu ter sido integralista, deveria bastar para excluir a hipótese do Sr. ter na sua frente um nazista [...]. O simples fato de Hitler dizer que os descendentes de alemães no mundo são alemães não faz de mim um alemão [...]. Sr. Dr. Valfrido Piloto! Apesar do Sr. me ter dito que eu era um alemão com manto de brasileiro, tenho a dizer que sou brasileiro nato, reservista de 1ª categoria, e não um poltrão; até a presente data cumpro as minhas obrigações, quer diante da pátria, quer diante da sociedade, e quer diante da minha família. Si, portanto, o passado de uma pessoa serve para se julgar o seu futuro, creio que nada mais tenho a dizer [...]. [sic]³²

Diante dessas situações percebemos que “[...] ao espírito totalitário da DOPS interessava adentrar aos recônditos do pensamento dos indivíduos, criminalizando-os com o que encontravam por lá [...]”³³ logo, haveriam oposições a medida que a delegacia ao representar o Estado também não compreendia a dinâmica em que esses cidadãos estavam inseridos. Ao tratarmos das resistências em relação à repressão podemos citar exemplos abertos de manutenção dos signos de pertença, como no caso do comerciante alemão Kurt Maeckelburg, que ao ser detido pela DOPS alegou ter pertencido ao Partido Nazista e que mesmo este permanecendo na ilegalidade em nada alterou seu pertencimento e sua afeição pelas causas

³² Auto de declaração Waldemar Grummt – Prontuário 3655, top 489, fl 18-21 DOPS/PR.

³³ ATHAIDES, Rafael. *As paixões pelo sigma: Uma história das afetividades políticas no fascismo brasileiro*. 297 p. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, 2012, p. 159.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

de Hitler³⁴, fato que simplesmente tornava evidente a manutenção dos seus sentimentos e que automaticamente o tornava culpado diante do sistema imposto pela polícia política.

Elias e Scotson apontam que muitas questões podem trazer à tona o embate entre grupos estabelecidos e outsiders, sobre esses entreveros:

No fundo, porém, todas são lutas para modificar o equilíbrio do poder; como tal, podem ir desde os cabos-de-guerra silenciosos que se ocultam sob a cooperação rotineira entre os dois grupos, num contexto de desigualdades instituídas, até as lutas francas pela mudança do quadro institucional que encarna esses diferenciais de poder e as desigualdades que lhes são concomitantes. **Seja qual for o caso, os grupos outsiders (enquanto permanecem totalmente intimidados) exercem pressões tácitas ou agem abertamente no sentido de reduzir os diferenciais de poder responsáveis por sua situação inferior, ao passo que os grupos estabelecidos fazem a mesma coisa em prol da preservação ou aumento desses diferenciais (grifo nosso).**³⁵

Outros casos de resistência contra esse alinhamento ao “*outro conveniente*” para o governo varguista são bastante atípicos, citaremos os exemplos do agricultor alemão Otto Oberdiak, que foi detido em Palmas, pois em sua propriedade encontraram duas vacas marcadas a ferro com a suástica³⁶ e do electricista Paulo Erich Eckwert que fora preso por não obedecer à ordem de não sintonizar o rádio em frequências de transmissão alemã e que mesmo tendo seu rádio retido pela DOPS continuava sintonizando os rádios de propriedade alheia nas mesmas frequências indesejadas até que foi definitivamente retido pela polícia³⁷.

Percebemos que o “*outro conveniente*” objetivado nesse período necessita atender alguns requisitos básicos que ferem justamente as individualidades e liberdades dos sujeitos. Esse outro precisa figurar de

³⁴ Auto de declaração de Kurt Maeckelburg - Pastas Individuais – Arquivo Público do Estado do Paraná

³⁵ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L.; *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 37.

³⁶ Folha de anotações e antecedentes de Otto Oberdiak em 28 de dezembro de 1944 - Pastas Individuais – Arquivo Público do Estado do Paraná.

³⁷ Folha de anotações e antecedentes de Paulo Erich Eckwert em 07 de maio de 1944 - Pastas Individuais – Arquivo Público do Estado do Paraná.

forma que sua permanência não comprometa o grupo – no caso a nação – na obtenção dos seus objetivos.

Diante desse quadro adverso, onde ao mesmo tempo em que são criados álibis para a agressão, e a repressão passa pela política aparelhada através da DOPS, criam-se meios e artimanhas para atender os casos específicos que exigem um tratamento fora da esfera oficial, como pedidos extraoficiais de “alemães” influentes em relação à política repressiva e à ação da polícia política.

Esse jogo de interesses talvez nos permita defender uma espécie de democracia da sociabilidade, onde os indivíduos ou grupos agem de acordo com suas motivações pessoais dentro de uma convivência cambiante, dessa forma as relações não são tão truncadas e se configuram dentro de um contexto específico. Porém, Georg Simmel aciona algumas ideias para não nos deixar cair em generalizações, para o autor que é um dos debatedores do conceito de democracia da sociabilidade é necessário entender o jogo de cenas. Primeiro, porque o próprio conceito se auto elimina, uma vez que “[...] ninguém pode em principio encontrar sua satisfação à custa de sentimentos alheios totalmente opostos aos seus”. Segundo, porque a própria artificialidade imposta nesse jogo de relações é preponderante, uma vez que a condição do indivíduo o leva naturalmente a obter as vantagens que julga necessárias para o seu sucesso.

Em um exemplo prático nesse contexto esperaríamos que a sociedade analisasse toda a conjuntura para eleger as ações em relação à comunidade de origem germânica, observar sua participação social, suas influências no quadro político e comercial para determinar democraticamente como se dariam essas relações sem prejudicar nenhum lado, mas diante de uma conjuntura adversa quando as questões são de ordem coletiva e tendem a prejudicar o grupo social ao qual o indivíduo pertence o sentimento de coletividade desperta, e:

Quando se trata dos outros, isto permite todas as generalizações abusivas. O artigo definido identificador

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

permite reduzir um conjunto coletivo a uma personalidade cultural única, apresentada geralmente de forma depreciativa”³⁸

Por fim, concluímos que temos uma interposição de sentimentos que se desdobram em sentidos iguais e contrários, em certos momentos de maneira verticalizada entre os grupos e indivíduos num plano pessoal ou não oficial, quando, por exemplo, a ética não permite denunciar o vizinho de tantos anos apenas por ele ser de origem alemã—ou quando determinados favores são prestados na clandestinidade para liberar algum preso político ou trocá-lo de lugar com alguém de menor importância ou um familiar, para que este retornasse ocupar sua posição nos negócios. Ao mesmo tempo elas se inserem num plano horizontal dentro de uma linearidade do aparelho repressivo, isso é a lógica da suspeição desejada pelo Estado é atingida acima de qualquer questão pessoal.

Dentro dessas forças a eleição dos álibis e a regulação de um “outro conveniente” ora ultrapassam as questões nacionais, ora se materializam no campo do julgamento pessoal e essas divergências que ultrapassam o campo da racionalidade eclodindo nas práticas afetivas dentro do organismo político, que tornam a história paranaense das décadas de 1930 e 1940, períodos profícuos para abordagens vinculadas à dimensões da afetividade e das paixões, não só na política, mas na História enquanto um todo.

Recebido em 31.12.2015
Aprovado em 13.01.2016

³⁸ CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002, p. 189.